

Companhia Energética Sinop S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019**

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre às demonstrações financeiras	15
Balancos patrimoniais	17
Demonstrações de resultados	18
Demonstrações de resultados abrangentes	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	21
Demonstrações do valor adicionado	22
Notas explicativas às demonstrações financeiras	23

  2



Relatório da Administração

Exercício de 2019

Divulgado em 31 de março de 2020, em R\$ mil

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



3

Índice

Introdução.....	4
Destaques do Exercício de 2019.....	4
Indicadores Econômico-financeiros.....	8
Sobre a Sinop Energia	8
Desempenho Econômico-Financeiro.....	10
Implantação do Reservatório e Ações Socioambientais	13
Declaração sobre Consultoria Prestada pelos Auditores Independentes.....	14
Declarações da Diretoria.....	14
Agradecimentos.....	14

Introdução

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, anuncia hoje seu resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Além desse relatório, que atende os requerimentos estabelecidas pelo artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09 para o Relatório da Administração/Comentário de Desempenho, a Companhia também disponibiliza as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes. Os documentos supracitados estão à disposição para acesso público no *website* da área de Relações com Investidores da Sinop Energia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o exercício 2019 e 2018, exceto quando informado diferentemente. Adicionalmente, as informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhares, ou, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 2019 a Companhia entrou em fase operacional, e, dentro do plano de negócios projetado para todo o período futuro de concessão do Empreendimento, a Administração prevê rentabilidade futura e honrar todos os compromissos assumidos.

Para maiores informações sobre o desempenho financeiro da Sinop Energia, além daquelas apresentadas a seguir, recomenda-se a leitura em conjunto com as notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Destaques do exercício de 2019

- **Cumprimento dos Contratos de Fornecimento de Energia:** Todos os contratos de fornecimento de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), foram integralmente atendidos. O volume total comercializado somou 1.950.212 MWh, sendo 1.891.472 MWh no ACR e 58.740 MWh no ACL. O montante total de energia adquirida perante terceiros foi de 1.477.143 MWh.
- **Resultado Operacional:** Em função do custo de energia adquirido junto a terceiros no exercício de 2019, a Sinop Energia apresentou EBITDA ajustado negativo no montante de R\$ 136.875, comparado com EBITDA ajustado negativo no montante de R\$ 32.630 no exercício anterior. Os ajustes no EBITDA foram em decorrência da reversão da provisão para redução ao valor recuperável – *Impairment* no valor de R\$ 123.191 em 2019, (R\$ 376.458 em 2018, decorrente de provisão para redução ao valor recuperável – *Impairment*)

- **Aportes de Capital:** Os acionistas integralizaram R\$ 539.936 em moeda corrente, demonstrado na Nota Explicativa nº 20 e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.
- **Investimentos:** A Companhia adicionou em seus ativos imobilizados o montante de R\$ 106.814, contra R\$ 538.188 no exercício de 2018. A redução de volume de investimentos é em função do estágio final da fase pré-operacional e início da fase operacional do Empreendimento.
- **Operação comercial:** A ANEEL emitiu o Despacho nº 2561, em 16 de setembro de 2019, o qual liberou a unidade geradora UG2 para início da operação comercial e posteriormente o Despacho nº 2.854, em 17 de outubro de 2019, o qual liberou a unidade geradora UG01 para início da operação comercial. A UG2 e a UG1 tiveram o início da geração comercial em 17 de setembro e 18 de outubro de 2019, respectivamente.
- **Aportes do BNDES:** Em 22 de outubro de 2019 ocorreu a liberação da parcela do financiamento junto ao BNDES no valor líquido de R\$ 50.631, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16.
- **Ação Civil Pública. Processo nº 1000543-12.2019.4.01.3603:** Em 02 de outubro de 2019, a Companhia firmou acordo judicial em ação civil pública, com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA/MT e o Ministério Público Federal, relativo a evento de mortandade de peixes, quando do comissionamento do reservatório da usina. Foram pactuadas obrigações a serem cumpridas pela Companhia, relativas à prevenção de novos ocorrências, bem como, de monitoramento de qualidade de água e aplicação de atividades de piscicultura de espécies nativas. Adicionalmente será realizado o pagamento do montante total de R\$ 4.000, a título de compensação pelos impactos sócioambientais do empreendimento UHE Sinop.

Com a entrada em operação comercial a Companhia não está mais obrigada a adquirir energia elétrica no mercado *spot* (lastro). Diante desse evento, os contratos de vendas de energia elétrica serão atendidos a partir da geração própria de energia elétrica, ou por intermédio da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), por meio do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), ao qual a Companhia é parte integrante.

Composição da Administração em 31/12/2019

Conselho de Administração

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Yann des Longchamps <i>Presidente do Conselho de Administração</i>	Ricardo Barsotti <i>Membro Suplente</i>
Adriano Soares da Costa <i>Membro Efetivo</i>	Antônio Florentino de Medeiros Filho <i>Membro Suplente</i>
Thierry Marc Rene Caillaud <i>Membro Efetivo</i>	Pierre André Bradier <i>Membro Suplente</i>
Astrogildo Fraguglia Quental <i>Membro Efetivo</i>	Renato Kovalski Kaminski <i>Membro Suplente</i>

Conselho Fiscal

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Sérgio Carvalho Aguiar <i>Presidente do Conselho Fiscal</i>	Carlos Alberto Rizzo Hoeller <i>Membro Suplente</i>
Túlio Neiva Rizzo <i>Membro Efetivo</i>	Nilzete Freitas da Silva <i>Membro Suplente</i>
Cleber José de Souza Villa Verde <i>Membro Efetivo</i>	Fernando Antônio Cavalcanti Teixeira <i>Membro Suplente</i>

Diretoria Estatutária

Membro da Diretoria Estatutária	Cargo
Ricardo Murilo Padilha de Araújo	Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários / Diretor Presidente
Vera Lúcia Rett Carreira	Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Alessandro Camilo da Silva	Contador – CRCMT 005078
----------------------------	-------------------------

(Handwritten signatures and initials)

Indicadores Econômico-financeiros

Principais indicadores econômico-financeiros	Unidade	2019	2018	Variação (2019x2018)	
				Absoluta	Em %
Energia Comercializada (ACR)	MWh	1.891.472	-	1.891.472	N.A.
Energia Comercializada (ACL)	MWh	58.740	568.547	(509.806)	-89,7%
Receita líquida com venda de energia elétrica	R\$, mil	241.589	133.025	108.564	81,6%
Margem bruta	%	-58,2%	-5,5%	-52,7p.p.	957,0%
Prejuízo do exercício	R\$, mil	(43.982)	(266.896)	222.914	-83,5%
Margem líquida	%	-18,2%	-200,6%	182,4p.p.	-90,9%
Investimentos	R\$, mil	218.908	616.878	(397.970)	-64,5%
Endividamento	R\$, mil	1.357.716	1.313.597	44.119	3,4%
BNDDES	R\$, mil	1.108.329	1.076.803	31.526	2,9%
Debêntures	R\$, mil	249.387	236.794	12.593	5,3%
Dívida líquida ¹	R\$, mil	1.272.257	1.297.076	(24.819)	-1,9%
Índice de capital próprio (ICP) ²	%	50%	40,2%	9,8p.p.	24,4%
Índice de liquidez corrente (ILC) ³	índice	2,7	0,5	2,2	468,3%
Número de empregados próprios ⁴	Quantidade	50	63	(13)	-20,6%
Lucro (prejuízo) por ação	R\$	(0,02)	(0,16)	0,137	-86,0%
Quantidade de ações ⁵	mil	1.976.656	1.678.156	298.500	17,8%

1. A dívida líquida é equivalente ao Endividamento menos o saldo de Caixa e equivalentes e Aplicações financeiras com resgate imediato.
2. Índice de Capital Próprio (ICP): Patrimônio líquido / Ativo total
3. Índice de liquidez corrente (ILC): Ativo circulante / Passivo circulante
4. Posição no final do exercício findo em 31 de dezembro.
5. Média ponderada de ações ordinárias durante o exercício trimestre findo em 31 de dezembro.

Sobre a Sinop Energia

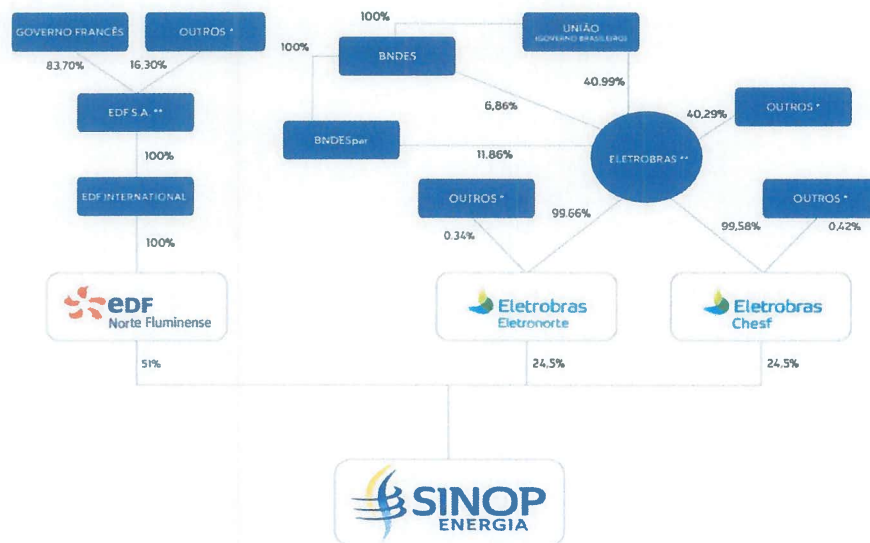
Perfil Corporativo

Constituída em 2013, a Sinop Energia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, tem como objeto social único, sendo a construção, manutenção e operação da Usina Hidrelétrica Sinop, incluindo a comercialização da energia gerada pela Usina. O Empreendimento é localizado no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda do rio), estado de Mato Grosso. O projeto da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade da Usina de maneira que seus possíveis impactos sejam minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental.

O empreendimento conta com a longa e consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia: (a) Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. ("EDFNF") - membro do Grupo Electricité de France - EDF, com 51% de participação no capital social; (b) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("ELETRONORTE"), com 24,5%; e (c) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. ("CHESF"), também com 24,5%, sendo que a ELETRONORTE e CHESF são empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A ("Eletrobras").

Estrutura acionária em 31 de dezembro de 2019:

Estrutura Societária da Sinop Energia
(em 31 de dezembro de 2019)



* NÃO HÁ ACIONISTAS COM 10% OU MAIS DE PARTICIPAÇÃO
** LISTADA EM BOLSA DE VALORES

No Brasil, os acionistas operam empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como termelétricas e, ainda, fontes de geração renováveis, tais como usinas hidrelétricas, usinas eólicas e energia solar, dentre outras.

Em 29 de agosto de 2013, a Companhia venceu Leilão nº 006/2013 da ANEEL e, subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, celebrou o Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objeto é a definição das condições para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 26 de janeiro de 2050.

Informações Operacionais

A Usina Hidrelétrica Sinop tem potência instalada de 401,88 MW, com reservatório formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água Máximo Normal e Área de Preservação Permanente de 114,52 km², abrangendo parcialmente terras de cinco municípios: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, todos situados no estado de Mato Grosso. A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atenderá o consumo de 1,6 milhão de pessoas, equivalente a 50% da população do estado de Mato Grosso.

(Assinaturas manuscritas)

A garantia física de energia da UHE Sinop foi fixada em 242,8 MW médios pelos termos da Portaria nº 2 emitida pela MME em 08 janeiro de 2018. A energia gerada pela UHE Sinop será comercializada de acordo com o quadro abaixo, sendo que 91,2% da Garantia Física está contratada:

Destinação da Energia Gerada pela UHE Sinop

Categoria/Mercado	Período Contratual de Suprimento	Sinal	Volume de Energia (MWmédios)
Garantia Física	Não aplicável	+	242,8
Ambiente de Contratação Regulada (A-5; 2013) <i>Contraparte: 34 Clientes Terceiros</i>	01/12/18 - 30/11/48	-	215,8
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: CHESF (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: ELETRONORTE (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Energia Descontratada	Não aplicável	=	21,28

Valores Mobiliários da Companhia

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136 (R\$ 1.694.200, em 31 de dezembro de 2018), que compreendem 2.234.136.000 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, cento e trinta e sei mil) ações ordinárias nominativas (“Ações ON”) sem valor nominal. Para maiores detalhes, consultar Nota Explicativa nº 20.

Desempenho Econômico-Financeiro

EBITDA Ajustado¹

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresentou EBITDA Ajustado negativo de R\$ 136.875 (R\$ 32.630, em 2018). Cabe informar que esse desempenho está relacionado com o compromisso assumido pela Companhia junto à CCEE – Câmara de Comércio de Energia Elétrica, para cumprimento das obrigações contratuais com distribuidoras de energia, firmadas para início em 01 de janeiro de 2018. Para atendimento de tais encargos, a Companhia fez aquisições de energia no Mercado spot.

Ressalta-se que a aquisição de energia pelo Mercado Spot, está exposta às variações dos preços de energia no curto prazo, sendo tais preços, muitas vezes, bastante superiores aos pactuados entre as usinas geradoras e as distribuidoras de energia elétrica, nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica em Ambiente Regulado – CCEAR, gerenciados pela CCEE. Tais sobrepreços, são agravados em períodos de baixos volumes de águas nos reservatórios.

O quadro abaixo, apresenta a conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

¹ O EBITDA ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(43.982)	(266.896)
Imposto de renda e contribuição social	(18.504)	(137.515)
Despesas financeiras, líquidas	24.052	(5.333)
Depreciação e amortização	24.750	656
EBITDA	(13.684)	(409.088)
(+/-) Itens não recorrentes:		
- (Reversão) provisões para redução ao valor recuperável – <i>Impairment</i>	(123.191)	376.458
EBITDA Ajustado	(136.875)	(32.630)
Receita operacional líquida	241.589	133.025
Margem EBITDA Ajustado (%)	(56,7%)	(24,5%)

Custos gerais com energia elétrica

A partir da entrada em operação comercial, em 16 de setembro de 2019 a UG2 e em 17 outubro de 2019 a UG1, a Companhia passou a registrar os custos gerais com energia elétrica segregados dos custos gerais administrativos.

	2019	2018
Serviços de terceiros	(9.963)	-
Pessoal, encargos e benefícios	(1.265)	-
Depreciações e amortizações	(24.323)	-
Passagens e hospedagens	(26)	-
Materiais	(425)	-
Outros	(2.274)	-
Total – Nota Explicativa nº 24	(38.276)	-

Serviços de terceiros

	2019	2018
Assessoria e consultoria de O&M	(8.403)	-
Monitoramento e vigilância	(796)	-
Telefonia, internet, e energia elétrica	(216)	-
Transportes	(29)	-
Outros	(519)	-
Total – Nota Explicativa nº 24	(9.963)	-

Despesas gerais e administrativas

Os gastos deste agrupamento de contas tiveram uma redução de 25% neste exercício, devido, principalmente, a reclassificação dos serviços de terceiros – “Manutenção de O&M” para o grupo de Custos com energia elétrica, Nota Explicativa nº 24.

	2019	2018	Var %
Serviços de terceiros	(8.029)	(12.898)	-38%
Pessoal, encargos e benefícios	(7.633)	(9.094)	-16%
Depreciações e amortizações	(427)	(656)	-35%
Litígios trabalhistas	(648)	-	N.A.
Passagens e hospedagens	(575)	(660)	-13%
Materiais	(228)	(195)	17%
Arrendamentos e aluguéis	(559)	(389)	44%
Outros	(867)	(1.367)	-37%
Total – Nota Explicativa nº 25	(18.966)	(25.259)	-25%

Serviços de terceiros administrativos e gerais

A principal despesa da categoria Serviços de terceiros, refere-se a: Consultorias, honorários advocatícios e contábeis, com aumento de 23%.

	2019	2018	Var %
Assessoria e consultoria de O&M	-	(6.339)	-100%
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(5.951)	(4.837)	23%
Monitoramento e vigilância	(363)	(250)	45%
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(882)	(678)	30%
Telefonia, internet, água e energia	(404)	(366)	10%
Transportes	(47)	(47)	0%
Outros	(382)	(381)	0%
Total	(8.029)	(12.898)	-38%

Despesas com pessoal, encargos e benefícios

As despesas com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram redução de 16% findo em 31 de dezembro de 2019 comparado com o ano anterior; o número de funcionários em 31 de dezembro de 2019 foi de 50 pessoas, comparado com 63 funcionários na mesma data do ano anterior.

	2019	2018	Var %
Remuneração de empregados	(4.513)	(6.192)	-27%
Encargos trabalhistas	(1.907)	(1.677)	14%
Benefícios a empregados	(1.213)	(1.225)	-1%
Total	(7.633)	(9.094)	-16%

Endividamento Líquido e Indicadores de Alavancagem e Liquidez

Evolução dos principais indicadores de alavancagem e liquidez ao longo dos últimos 12 meses:

Valores em R\$ milhões	2019	2018
Debêntures¹	249,4	236,8
Circulante	0,7	5,9
Não circulante	248,7	230,9
Empréstimo BNDES¹	1.108,3	1.076,8
Circulante	26,2	99,0
Não circulante	1.082,2	977,8
Endividamento bruto	1.357,7	1.313,6
(-) Caixa e equivalentes de caixa	0,3	0,5
(-) Aplicações financeiras ²	85,2	16,0
Endividamento líquido	1.272,3	1.297,1
Patrimônio líquido	1.474,1	978,1
Grau de alavancagem³	46,3%	57,0%
Patrimônio líquido	1.474,1	978,1
Ativo total	2.946,9	2.433,1
Índice de capital próprio⁴	0,5	0,4
Ativo circulante	154,4	84,8
Passivo circulante	56,6	175,1
Índice de liquidez corrente⁵	2,7	0,5

1) O valor apresentado acima e no balanço patrimonial foi contabilizado de acordo com CPC 20.

- 2) As aplicações financeiras são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.
- 3) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)
- 4) Patrimônio líquido / Ativo total
- 5) Ativo circulante / Passivo circulante

Implantação do Reservatório e Ações Sócioambientais

Engenharia e Construção

Após a obtenção, em 05 de dezembro de 2013, junto à SEMA/MT, da LI nº 63167/2013 para o canteiro de obras, foi de pronto iniciada a mobilização da empreiteira Construtora Triunfo S.A. (“CTSA”) para a execução das obras civis e comissionamento eletromecânico do empreendimento e, por conseguinte, dos elementos de infraestrutura necessários para suportar a construção. A referida empresa esteve vinculada à implantação da UHE Sinop até 30 de abril de 2019, quando houve a necessidade de rescisão contratual, tendo em vista (i) o abuso de direitos pela CTSA, e (ii) o inadimplemento da Construtora ao Contrato de Engenharia, Fornecimento e Montagem.

Assim, a partir de 01 de maio de 2019, a Sinop Energia tomou medidas para efetivar a conclusão do empreendimento, fazendo a contratação empresas especializadas, selecionadas por sua capacidade técnica, credibilidade e reputação, as quais assumiram os trabalhos de obras civis, montagem e comissionamento eletromecânico.

Ações do Meio Ambiente

As ações do Meio Ambiente podem ser classificadas, de forma geral, em quatro principais categorias: (i) Socioambiental; (ii) Fundiário; (iii) Supressão Vegetal; e (iv) Recomposição da Infraestrutura Viária.

(i). Socioambiental

No ano de 2019, as atividades de meio ambiente estiveram principalmente voltadas para o acompanhamento, e, monitoramento do processo de enchimento do reservatório. Atividades que se mantiveram mesmo após a completa formação do lago da UHE Sinop. Também se destaca a atuação na continuidade dos programas e campanhas estabelecidos no PBA, objetivando o atendimento às condicionantes ambientais e obtenção da Licença de Operação, emitida pela SEMA/MT em 20 de agosto de 2019.

(ii). Fundiário

As atividades fundiárias de aquisição e indenização de terras na área do entorno do reservatório da UHE Sinop e remanejamento de famílias atingidas foram concluídas em agosto de 2018. Assim, em 2019 as atividades estiveram voltadas para a regularização fundiária e documental das propriedades adquiridas pelo empreendimento, bem como a fiscalização patrimonial do entorno do reservatório.

(iii). Supressão Vegetal

A supressão vegetal consiste no desmatamento e limpeza da área inundada para preservar a qualidade da água e garantir a segurança de navegação no reservatório. A área que sofreu intervenção foi de 8.308 hectares e foi definida conforme Parecer Técnico 118223/SLIA/2018 da

Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso. As atividades foram inteiramente concluídas em 2018, sendo em 2019 desenvolvidas atividades relacionadas à destinação da madeira.

(iv). Recomposição da Infraestrutura Viária

As atividades consistem na readequação da infraestrutura interferida pelo reservatório, sendo os trabalhos concluídos em outubro de 2018. Assim, no ano de 2019 procedeu-se à manutenção de estradas vicinais e procedimentos para a entrega das obras aos órgãos competentes (DNIT, Sinfra, Prefeituras Municipais, etc.).

Declaração sobre Consultoria Prestada pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 16 de abril de 2019, para a emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 e os relatórios de revisão das Informações Trimestrais contemplando os balanços patrimoniais em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2019. A partir do contrato celebrado referente ao exercício de 2019, a KPMG prestou serviços apenas dedicadas à auditoria de revisão trimestral.

Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Sinop Energia.

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“ICVM 480”), os Diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 2019 e 2018, respectivamente, e com as opiniões expressas no Relatório Especial de Auditoria da KPMG Auditores Independentes referente às mesmas.

Agradecimentos

Agradecemos a todos que contribuíram para a construção do empreendimento da UHE Sinop, à sua entrada em operação em setembro de 2019, em particular aos acionistas, funcionários próprios e de terceiros e instituições públicas e privadas que participaram conosco nessa exitosa jornada.

A Diretoria da Sinop Energia

14



KPMG Auditores Independentes
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A.
Sinop - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Energética Sinop S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de

nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável (<i>impairment</i>) dos ativos não financeiros	
Notas Explicativas nºs 5.d, 5.g e 13 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia apresenta o saldo de R\$ 2.204.263 mil nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 relativo ao ativo imobilizado, líquido da provisão para perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 866.742 mil, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios. Devido aos atrasos nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela falta de licenças ambientais, a Companhia identificou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação à sua Unidade Geradora de Caixa (UGC). Para a realização do teste de redução ao valor recuperável dos ativos, foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras do empreendimento. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros, à subjetividade das premissas, como a taxa de desconto, inflação de custos, entre outras que foram utilizadas na determinação do valor recuperável dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Entendimento sobre os principais controles relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas-base para a elaboração dos estudos de valor recuperável disponibilizados pela Companhia. – Análise das projeções de fluxo de caixa da Companhia com base nos contratos de energia firmados. – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das premissas mais importantes e da metodologia utilizada, como preço de venda de energia, inflação e as taxas de desconto, comparando-as com dados obtidos de fontes externas. – Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do ativo imobilizado, os quais foram registrados pela Administração.</p> <p>Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo do ativo imobilizado, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as

demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 31 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Companhia Energética Sinop S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	85.459	522	Fornecedores	15	20.457	42.993
Aplicações financeiras	7	-	15.999	Tributos e contribuições a recolher		1.483	3.735
Contas a receber	8	33.802	17.599	Obrigações trabalhistas		1.236	1.491
Estoques		3.974	-	Obrigações setoriais		1.006	97
Tributos e contribuições a recuperar	9	28.058	34.657	Financiamento BNDES	16	26.173	99.018
Adiantamentos		1.958	221	Debêntures	17	651	5.879
Despesas antecipadas	10	1.113	15.833	Uso do bem público	14(f)	1.950	3.792
Total do ativo circulante		154.364	84.831	Provisões sócioambientais	18	3.586	17.952
				Provisões para contingências	19	-	108
Não circulante				Outros passivos circulantes		48	-
Tributos e contribuições a recuperar	9	20.309	189	Total do passivo circulante		56.590	175.065
Fundos vinculados	11	151.330	56.616	Não circulante			
Ativo fiscal diferido	12	385.996	367.492	Financiamento BNDES	16	1.082.156	977.785
Total do realizável a longo prazo		557.635	424.297	Debêntures	17	248.736	230.915
				Obrigações setoriais		1.063	65
Imobilizado	13	2.204.263	1.893.160	Uso do bem público	14(f)	28.775	26.965
Intangível	14	30.680	30.762	Provisões sócioambientais	18	54.901	44.136
Total do ativo não circulante		2.792.578	2.348.219	Provisões para contingências	19	648	-
				Total do passivo não circulante		1.416.279	1.279.866
				Patrimônio líquido			
				Capital social	20	2.234.136	1.694.200
				Prejuízos acumulados	20	(760.063)	(716.081)
				Total do patrimônio líquido		1.474.073	978.119
				Total do passivo		1.472.869	1.454.931
Total do ativo		2.946.942	2.433.050	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.946.942	2.433.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Receita de vendas			
Receita líquida com venda de energia elétrica	21	241.589	133.025
Outras receitas		-	12.722
Custos com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	22	(306.157)	(138.381)
Encargos de uso da rede elétrica	23	(37.792)	(3.219)
Outros custos	24	<u>(38.276)</u>	<u>(12.174)</u>
Resultado bruto		<u>(140.636)</u>	<u>(8.027)</u>
Despesas gerais e administrativas	25	(18.966)	(25.259)
(Reversão) provisões para redução ao valor recuperável – <i>Impairment</i>	13	123.191	(376.458)
Provisão para perdas estimadas		<u>(2.023)</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>(38.434)</u>	<u>(409.744)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	7.910	5.882
Despesas financeiras	26	<u>(31.962)</u>	<u>(549)</u>
Resultado financeiro	26	<u>(24.052)</u>	<u>5.333</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(62.486)</u>	<u>(404.411)</u>
Contribuição social diferida	12	4.892	36.395
Imposto de renda diferido	12	<u>13.612</u>	<u>101.120</u>
Prejuízo do exercício		<u>(43.982)</u>	<u>(266.896)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Energética Sinop S.A.

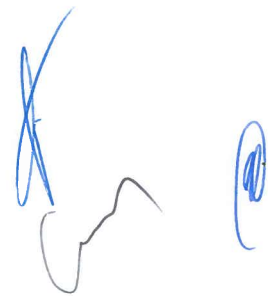
Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(43.982)	(266.896)
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total exercício	<u>(43.982)</u>	<u>(266.896)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2018		<u>1.550.200</u>	<u>(449.185)</u>	<u>1.101.015</u>
Integralização de capital social em moeda corrente		144.000	-	144.000
Prejuízo do exercício		-	<u>(266.896)</u>	<u>(266.896)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	18	<u>1.694.200</u>	<u>(716.081)</u>	<u>978.119</u>
Integralização de capital social em moeda corrente		539.936	-	539.936
Prejuízo do exercício		-	<u>(43.982)</u>	<u>(43.982)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18	<u>2.234.136</u>	<u>(760.063)</u>	<u>1.474.073</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício antes dos impostos		(62.486)	(404.411)
Encargos da dívida		29.686	104.851
Receita financeira		-	-
Provisões (venda de energia, rendimentos de aplicações financeiras e contingências passivas)		(153.008)	376.653
Depreciação e amortização		24.750	656
		<u>(161.058)</u>	<u>77.749</u>
Variações no ativo			
Adiantamentos		(1.737)	2
Tributos e contribuições a recuperar		(13.521)	(24.387)
Títulos e créditos a receber		14.514	(17.599)
Despesas antecipadas		14.720	(15.805)
Depósitos vinculados		(94.714)	(56.616)
Estoques		(3.974)	-
		<u>(84.712)</u>	<u>(114.405)</u>
Variações no passivo			
Fornecedores		(33.380)	(64.283)
Tributos e contribuições a recolher		(2.252)	(1.748)
Obrigações trabalhistas		(255)	(519)
Encargos setoriais		1.879	162
Uso do bem público		(2.098)	-
Outros passivos		48	-
		<u>(36.058)</u>	<u>(66.388)</u>
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES		-	(45.652)
Fluxo de caixa líquido utilizados nas atividades operacionais		<u>(281.828)</u>	<u>(148.696)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adição de imobilizado	13	(106.814)	(538.188)
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES - parcela capitalizada		(92.335)	-
Juros pagos na liquidação da dívida com as Debêntures - parcela capitalizada		(10.534)	-
Aplicações financeiras		15.999	199.048
Adição de intangível		(67)	(69)
		<u>(193.751)</u>	<u>(339.209)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(193.751)</u>	<u>(339.209)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação financiamento - BNDES		50.631	130.597
Captação financiamento - Debêntures		-	223.739
Integralização de capital social		539.936	144.000
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)		(23.401)	(10.992)
Liquidação da dívida com as Debêntures (principal)		(6.650)	-
		<u>560.516</u>	<u>487.344</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>560.516</u>	<u>487.344</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa		<u>84.937</u>	<u>(561)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		522	1.083
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		85.459	522
Redução de caixa e equivalentes de caixa		<u>84.937</u>	<u>(561)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
1 - Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	270.107	146.762
Outras receitas	1	12.722
	<u>270.108</u>	<u>159.484</u>
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(381.292)	(153.840)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.307)	(14.681)
Perda/Recuperação de valores ativos - <i>Perdas esperadas</i>	121.168	(376.458)
Outras (contingências trabalhistas)	(648)	-
	<u>(282.079)</u>	<u>(544.979)</u>
3 - Valor adicionado bruto	<u>(11.971)</u>	<u>(385.495)</u>
4 - Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(24.750)	(656)
	<u>(24.750)</u>	<u>(656)</u>
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>(36.721)</u>	<u>(386.151)</u>
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.910	5.882
	<u>7.910</u>	<u>5.882</u>
7 - Valor adicionado total	<u>(28.811)</u>	<u>(380.269)</u>
8 - Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	7.033	7.416
Benefícios	1.274	1.225
FGTS	591	453
	<u>8.898</u>	<u>9.094</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(26.360)	(123.842)
Estaduais	112	430
Municipais	-	7
	<u>(26.248)</u>	<u>(123.405)</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	31.962	549
Aluguéis	559	389
	<u>32.521</u>	<u>938</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(43.982)	(266.896)
	<u>(43.982)</u>	<u>(266.896)</u>
Valor adicionado total	<u>(28.811)</u>	<u>(380.269)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia” ou “Sinop Energia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, categoria “B”, constituída em 28 de outubro de 2013. Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 20), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE” ou “UHE Sinop” ou “Usina” ou “Empreendimento”), sendo-lhe vedado participar do capital de qualquer outra sociedade. A sede da Companhia localiza-se na Cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Setor Comercial, Av. das Sibipirunas, nº 3.662, e a Usina está implantada no rio Teles Pires, estado de Mato Grosso, com potência instalada de 401,88 MW e reservatório com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água (NA) Máximo Normal (302,00 metros) e Área de Preservação Permanente (APP) de 114,52km², abrangendo parcialmente terras de cinco municípios – Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, no estado de Mato Grosso. O eixo da barragem situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia observa as normas específicas para geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL ou Agência Reguladora) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME ou Poder Concedente). Cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica.

Em 06 de fevereiro de 2018, a ANEEL, através do Despacho nº 318, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005654/2013-48, decidiu:

- (i) Indeferir o pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade referente ao período de suspensão da Licença de Implantação e ao atraso da imissão na posse das terras necessárias à construção do Empreendimento hidrelétrico.
- (ii) Reconhecer 11 meses como excludente de responsabilidade, em razão da mora para concessão das Autorizações para Supressão Vegetal (ASV), ASV Solo e ASV Rocha.

23

- (iii) Determinar que o período reconhecido como excludente de responsabilidade deve ser refletido em novo cronograma contratual, bem como na alteração dos prazos inicial e final dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR).
- (iv) Afastar, pelo período definido no item (ii), a concessionária de todas as obrigações relacionadas a aquisição e aporte de lastro e de outras garantias, bem como de todas as penalidades e encargos decorrentes do atraso da operação comercial da UHE Sinop.

Em atendimento ao item (iii), o cronograma perante o Poder Concedente para o início de suprimento de energia foi alterado para 1º de dezembro de 2018 e, ainda, os prazos inicial e final dos CCEAR foram ajustados para 1º de dezembro de 2018 e 30 de novembro de 2048, respectivamente, por meio de aditivos contratuais. Antes do início de sua geração comercial, a energia para atender aos CCEAR firmados pela Companhia foram adquiridas de terceiros com recursos provenientes dos acionistas da Sinop Energia.

Em 19 de outubro de 2018, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão que, entre outros ajustes, resultou nas seguintes alterações significativas ao Contrato de Concessão, o qual passou a prever que: (i) o início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora fosse em 1º de dezembro de 2018 e o início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora fosse em 1º de fevereiro de 2019; e (ii) o prazo da concessão foi prorrogado para 26 de janeiro de 2050.

Todavia, o início das operações previsto no aditivo do contrato de concessão foi prejudicado pelo atraso na obtenção da Licença de Operação (LO). Referida Licença foi solicitada junto à SEMA/MT em 18 de janeiro de 2018, objetivando o cumprimento do cronograma estabelecido no Contrato de Concessão para o início da operação comercial da 1ª Unidade Geradora (UG) em 01 de dezembro de 2018. Após mais de 12 (doze) meses desde a solicitação da LO, em 24 de janeiro 2019, a SEMA/MT emitiu a Autorização nº 1028/2019 - Autorização para Enchimento do Reservatório e Testes para Comissionamento em Unidades de Geração. Tal Autorização autorizou o início dos procedimentos de enchimento controlado do reservatório e a futura realização de testes das UGs. O enchimento do reservatório foi iniciado em 30 de janeiro de 2019 e sua conclusão ocorreu em 13 de abril 2019, quando o reservatório atingiu seu nível máximo normal (cota 302,0 m).

Após conclusão do enchimento, a Sinop Energia realizou tratativas com o órgão ambiental, sendo que a SEMA/MT emitiu, em 28 de junho de 2019, o Ofício nº 145163/SUIMIS/2019 aprovando a realização dos primeiros testes de forma assistida. Da mesma forma, a ANEEL emitiu os Despachos nº 1829 e 1960, autorizando o início da operação em teste das Unidades Geradoras UG2 e UG1, respectivamente. Assim, no dia 11 de agosto de 2019 foi realizado o 1º sincronismo da UG2. No dia 20 de agosto de 2019, a SEMA/MT emitiu a Licença de Operação nº 320138/2019, fundamentada no Parecer Técnico nº 128346/CLEIA/SUIMIS/2019, com validade até 18 de agosto 2024.

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria nº 334, de 20 de novembro de 2014, e Ato Declaratório Executivo nº 5, de 28 de janeiro de 2015, da Receita Federal do Brasil (RFB). As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de

bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Após a conclusão dos testes de comissionamento eletromecânico e emissão da Declaração de atendimento aos requisitos dos procedimentos de rede (DAPR/D) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para a Unidade Geradora (UG) 02 no dia 12 de setembro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2561 em 16 de setembro de 2019, o qual libera a unidade geradora UG2 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG02 iniciou-se em 17 de setembro de 2019.

Entretanto, no dia 25 de setembro de 2019, a SEMA/MT publicou no Diário Oficial de Mato Grosso, o Termo de Suspensão da Licença de Operação nº 320138/2019 da UHE Sinop, acolhendo a determinação da Justiça Federal proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 10000543-12.2019.4.01-3603. Neste contexto, houve a necessidade de paralisação da geração comercial da UG02 no dia 25 de setembro de 2019. Nos dias 01 e 02 de outubro de 2019, foi realizada Audiência de Conciliação, sendo firmado acordo entre as partes envolvidas na Ação Civil Pública com a extinção do processo e, por corolário, a revogação da decisão que suspendeu a Licença de Operação da UHE Sinop. Assim, os procedimentos para a retomada da geração comercial da UG02 da UHE Sinop, foram realizados de imediato após a revogação da suspensão da Licença de Operação, com a produção e disponibilização de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional.

Para a UG01, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) emitiu a Declaração de Atendimento aos requisitos dos Procedimentos de Rede (DAPR/P) em 14 de outubro de 2019 e, posteriormente, em 17 de outubro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, o qual libera a unidade geradora UG01 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG01 da UHE Sinop ocorreu em 18 de outubro de 2019.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 15 de janeiro de 2019, os investidores detentores da 2ª emissão da Sinop Energia, que representam 83,2% das debêntures em circulação, aprovaram, por unanimidade dos debenturistas presentes, o pedido de *waiver* pleiteado pela Companhia para postergar a data limite de entrada em operação comercial de janeiro de 2019 para 31 de maio de 2019. Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 30 de maio de 2019, os investidores detentores da 2ª emissão da Sinop Energia, que representam 86,7% das debêntures em circulação, aprovaram, por unanimidade dos debenturistas presentes, o pedido de *waiver* pleiteado pela Companhia para postergar a data limite de entrada em operação comercial de 31 de maio de 2019 para 01 de dezembro de 2019. Em contrapartida à concessão do *waiver* pelos debenturistas, os acionistas da Companhia, com a devida anuência de seus principais credores; BNDES e debenturistas, assumiram o compromisso de realizar aportes adicionais de capital próprio, com o objetivo de viabilizar a entrada em operação comercial até 01 de dezembro de 2019 e o cumprimento das cláusulas do financiamento do BNDES e da Escritura (em particular quanto à constituição das Contas Reservas e Contas Reservas Adicionais), no montante total de R\$ 619.000 até 05 de novembro de 2019 e, ainda, realizar o pagamento aos debenturistas de um *waiver fee* de 0,1% sobre o valor nominal de cada debênture em 14 de junho de 2019 (Nota Explicativa nº 26.ii). Até 31 de dezembro de 2019, os acionistas

haviam aportado o montante total de R\$ 539.936. Devido à Companhia ter entrado em operação comercial em outubro de 2019, antes da data limite prevista na Assembleia Geral de Debenturistas, os acionistas ficaram desobrigados do cumprimento do aporte total no montante de R\$ 619.000.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido de R\$ 97.774 positivo (R\$ 90.234 negativo, em 2018), prejuízo no exercício de 31 de dezembro de 2019 de R\$ 43.982 (R\$ 266.896 em 2018), margem bruta negativa em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 142.660 (R\$ 8.027 negativo em 2018) e geração negativa de caixa operacional no montante de R\$ 290.048 (R\$ 148.696 em 2018), pelo motivo de estar atendendo os contratos CCEAR's e ter comprado energia elétrica no mercado ao preço médio de R\$ 227,94 por MWh e vendido ao preço médio de R\$ 138,50 por MWh. Com início da operação os efeitos ora apurados serão absorvidos no decorrer do contrato de concessão.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras .

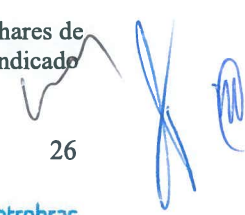
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizado pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real e estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

26



2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua, periodicamente. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 28 - Gestão de riscos dos instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 12** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 5g, 13 e 14** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Notas explicativas 13 e 14** - Depreciações sobre o ativo imobilizado e das amortizações sobre o ativo intangível.
- **Notas explicativas 18 e 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 28 - Gestão de risco dos instrumentos financeiros.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A adoção da nova norma elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo e passivo a valor presente e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

A Companhia adotou no dia 1º janeiro de 2019, o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 que requer o reconhecimento dos contratos de arrendamento mercantil como direito de uso daquele ativo, exceto para os casos em que os contratos forem de curto prazo ou imateriais.

A Companhia analisou os contratos de aluguéis existentes em 31 de dezembro de 2019 e identificou que possui apenas um contrato de longo prazo, de valor imaterial, dessa forma e de acordo com a norma não há impactos a serem considerados.

3.2 ICPC 22 – Incertezas sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta incerteza.

A Companhia avaliou seus tratamentos de tributos sobre o lucro e concluiu a que aplicação da norma não gerou impactos.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros avaliados aos seus valores justos.

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, observado o mencionado na Nota Explicativa nº 3.

28



a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Aplicações financeiras

A Companhia possui aplicações financeiras em operações compromissadas e fundos de investimentos. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos, até a data do balanço, coincidente com o seu valor de realização (vide Notas Explicativas nºs 6 e 7). Os recursos classificados como aplicações financeiras serão utilizados em investimentos necessários para a construção.

c. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da venda de energia elétrica. Como o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante (Nota Explicativa nº 8). São mensuradas ao custo amortizado.

d. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos foram vinculados ao Empreendimento e capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estavam sendo executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27 (Nota Explicativa nº 13).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo imobilizado formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira.

Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	30 anos
Máquinas e equipamentos	27 anos
Reservatórios e barragens	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Veículos	7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são determinados pelas Resoluções Normativas nºs 367/2009 e 674/2015 da ANEEL. A Companhia considera que a vida

útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, e expressa adequadamente, na opinião da Administração, o tempo de vida útil dos bens.

e. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao UBP foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Amortização de ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao UBP foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico, fiscalizada pela ANEEL, e a amortização iniciou quando da entrega da energia objeto do CCEAR.

f. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 (doze) meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

g. Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou



- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração identificou indícios para a reversão parcial do valor recuperável de ativos não financeiros e os cálculos revelaram estornos de perdas a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia (Nota Explicativa nº 13).

h. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.



Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 18 e 19).

j. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 (doze) meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 15).

k. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 16 e 17).

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma companhia em conexão com o empréstimo.

l. Partes relacionadas

Os termos e condições dessas transações partes relacionadas não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas ao pessoal chave da Administração., Os valores, prazos e taxas estão definidas em contrato. (Nota Explicativa nº 27)

m. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes e títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;



- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.





(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

n. Receita operacional

Corresponde, majoritariamente, às receitas relacionadas à venda de energia de curto prazo e às vendas de energia no mercado de longo prazo (CCEAR), no âmbito da CCEE.

o. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Despesa de juros.
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente:		
- Banco Bradesco S.A.	172	88
- Banco Itaú Unibanco S.A.	76	186
- Banco ABC S.A.	1	172
- Banco do Brasil S.A.	-	74
Aplicações financeiras:		
- Banco do Brasil S.A.	85.208	-
	<u>85.459</u>	<u>522</u>

- (i) CDB do Banco do Brasil com taxa de remuneração realizada no período findo em 31 de dezembro de 2019 de 96% do CDI.

O caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

7 Aplicações financeiras

	2019	2018
Certificado de Depósito Bancário (CDB) (i)	-	3.137
Fundos de investimento (ii)	-	12.862
	<u>-</u>	<u>15.999</u>

- (ii) CDB do Banco do Brasil com taxa de remuneração realizada no período findo em 31 de dezembro de 2018 de 98% do CDI.
- (iii) Fundos de investimento do tipo multimercado gerido pelo Bradesco, com taxa de remuneração realizada em 2018 de 98,85% do CDI.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 28.

8 Contas a receber

	2019		2018	
	Vincendos	Vencidos Até 180 dias	Total	Total
Contas a receber de clientes (i)	31.964	3.084	35.048	13.649
Partes relacionadas (ii)	776	-	776	3.950
(-) Perdas esperadas (iii)	-	-	(2.022)	-
	<u>32.740</u>	<u>3.084</u>	<u>33.802</u>	<u>17.599</u>

(i) Referem-se, substancialmente:

- (a) venda de energia elétrica comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 35.046 (R\$ 13.609 em 2018);
(b) venda de madeira (R\$ 31 em 2018); e
(c) outras contas a receber de R\$ 2 (R\$ 9 em 2018).

(ii) Venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) a partes relacionadas R\$ 776 (R\$ 3.950 em 2018).

Com o despacho da ANEEL, o qual liberou a UG2 para operação comercial em 16 de setembro de 2019, os preços não têm mais o impacto redutor de 15% e os créditos recebíveis referentes aos faturamentos dos contratos no ACR serão realizados nos dias 20 (vinte) e 30 (trinta) do mês subsequente e dia 15 (quinze) do segundo mês subsequente.

(iii) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de perdas esperadas é de R\$ 2.022. Em 30 de junho de 2019 foram provisionados R\$ 471 devido mandado de segurança cível, referente ao processo nº 1015553-26.2019.4.01.3400 da 22ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, movido pela Boa Vista Energia S.A. em face da ANEEL e ciência da CCEE no qual a parte impetrante objetiva ser desobrigada ao pagamento de todos os CCEARs vigentes, bem como, se abstenha de aplicar qualquer sanção em decorrência do inadimplemento dos referidos valores e das contabilizações realizadas pela CCEE em função desses contratos, incluindo a sua inscrição no cadastro de inadimplente da Agência, até que a ANEEL aprecie em definitivo o requerimento registrado nos autos do Processo Administrativo nº 48500.006447/2017-34. Em 20 de agosto de 2019, através do despacho nº 2.300/ANEEL, houve o indeferimento do pedido de medida cautelar interposto pela Roraima Energia S.A., entretanto, a inadimplência permanece até a data do fechamento destas demonstrações e a Companhia manteve a provisão de R\$ 2.022. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía provisão para perdas esperadas sobre os créditos.

9 Tributos e contribuições a recuperar Circulante

	2019	2018
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	23.053	23.154
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras (ii)	-	6.341
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	5.005	5.162
	<u>28.058</u>	<u>34.657</u>

Não circulante

	2019	2018
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	9.799	-
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	2.177	-
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras (ii)	7.904	-
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	345	105
Imposto Sobre Serviços (ISS) a recuperar	66	66
Imposto de Renda a recuperar	18	18
	<u>20.309</u>	<u>189</u>

- (i) A Companhia, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.833/03, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente (nas atividades da área de engenharia não há créditos de PIS e COFINS em função do benefício do REIDI que determina a isenção de tais tributos sobre os valores dos materiais e serviços contratados, até 31 de outubro de 2019), faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada.

40

Adicionalmente a Companhia possui expectativa de gerar R\$ 28.058 de PIS e COFINS a pagar, de acordo com a projeção de faturamento de R\$ 303.325, atrelado a sua capacidade de produção de MWm 221,52 e MWh 1.940.737.

- (ii) Imposto de Renda sobre os valores resgatados das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2019 referentes aos aportes dos acionistas, aportes do BNDES, recursos obtidos com a segunda emissão de debêntures e aportes dos acionistas.

10 Despesas antecipadas

	2019	2018
Seguros	1.113	95
Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão (EUST) (i)	-	15.738
	1.113	15.833

- (i) Pagamentos dos EUST's referentes ao período de dezembro de 2017 a junho de 2018. A partir de 1º de dezembro de 2018, a Companhia estava obrigada a cumprir os contratos CCEARs. Conseqüentemente, os Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão foram apropriados integralmente até 31 de dezembro de 2019.

Movimentação dos Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão (EUST) - 12 meses

Saldo em 2018	Adições	Pagamentos	Saldo em 2019
15.738	-	(15.738)	-

Movimentação dos Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão (EUST) - 12 meses

Saldo em 2017	Adições	Pagamentos	Saldo em 2018
-	19.004	(3.266)	15.738

11 Fundos vinculados

	2019	2018
(i) Referentes aos empréstimos BNDES		
Conta reserva	29.962	28.454
Conta reserva adicional	88.470	28.162
Conta centralizadora	9.849	-
	128.281	56.616
(ii) Referentes às debêntures		
Conta reserva	10.639	-
Reserva adicional	10.639	-
Conta de pagamento	1.771	-
	23.049	-
	151.330	56.616

- (i) Referentes aos empréstimos BNDES

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debentures da segunda emissão da Companhia.

Conta Reserva

A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, "Garantias da Operação, item II - Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios".

Conta Reserva Adicional

A conta reserva adicional deve ser composta por 9 (nove) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida até 15 de julho de 2019. O financiamento celebrado com o BNDES é objeto da Nota Explicativa nº 16.

Os montantes depositados na conta reserva e na conta reserva adicional estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, conforme recomendado pelo BNDES no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Anexo V, "Investimentos Permitidos", com a seguinte composição: 87,4% em títulos públicos; 11,36% em compromissadas e 1,24% em outros, remunerada em 5,78% nos últimos 12 meses.

(ii) Referentes às debêntures

Conta Reserva

A conta reserva das debentures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

Conta Reserva Adicional

A conta reserva das debentures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 17.

Conta Pagamento

Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2019 e em 2018, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores-base:

	Alíquota	2019	2018
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(276.108)	(93.123)
Imposto de renda diferido	25%	68.489	22.719
Contribuição social diferida	9%	24.647	8.278
		<u>(93.136)</u>	<u>(30.897)</u>

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

	Alíquota	2019	2018
Provisão de <i>Impairment</i>		(866.742)	(989.984)
Outras provisões		(242)	-
Imposto de renda diferido	25%	215.338	247.496
Contribuição social diferida	9%	77.522	89.099
		<u>(292.860)</u>	<u>(336.595)</u>
		2019	2018
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(1.142.901)	(1.083.107)
Imposto de renda diferido	25%	215.338	270.215
Contribuição social diferida	9%	102.169	97.277
		<u>385.996</u>	<u>367.492</u>

Com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa, conforme demonstrados a seguir:

b. Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 1º de janeiro de 2018	229.977
Reconhecimento no exercício	<u>137.515</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>367.492</u>
Reconhecimento no exercício	62.239
Reversão de provisão	<u>(43.735)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>385.996</u>

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2019:

Exercícios	Total
2020	1.684
2021	3.031
2022	4.634
2023	6.224
2024	7.297
2025	9.122
2026	11.259
2027	11.259
2028	13.408
2029	15.227
Acima de 2030	9.991
Total	<u>93.136</u>
	43

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
 Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



[Handwritten signature]

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Por estar no início das operações a Companhia não possui histórico de lucros, todavia, iniciou as operações em 2019 nos termos do seu plano de negócio e possui contratos firmados para a parcela substancial da energia a ser gerada ao longo do contrato de concessão.

13 Imobilizado

Movimentação do período findo em 31 de dezembro de 2019

	Saldos em 2018	Adições	Depreciação	Ajustes/ Reversão de provisão	Transferências	Saldos em 2019
Geração						
Em curso						
Terrenos	387.428	920	-	-	3.903	392.251
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	1.398.002	37.760	-	-	9.193	1.444.955
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	480.950	56.271	-	-	1.563	538.784
Máquinas e equipamentos a ratear	328.704	11.974	-	-	1.939	342.617
Veículos	447	4	-	-	-	451
Estudos de projetos a ratear	(i) 23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(ii) 3.599	1.059	-	-	(3.401)	1.257
	2.622.704	107.988	-	-	13.197	2.743.889
Terrenos a pagar	(iii) 255	5.084	-	-	(3.903)	1.436
Medições	(iii) 9.826	7.553	-	-	(9.294)	8.085
Juros capitalizados	(iv) 249.830	96.301	-	-	-	346.131
(-) Depreciação acumulada	(v) -	-	(22.149)	-	-	(22.149)
Subtotal - Geração em curso	2.882.615	216.926	(22.149)	-	-	3.077.392
Em serviço						
Veículos	-	253	-	-	-	253
Máquinas e equipamentos	65	1.561	-	-	-	1.626
Móveis e utensílios	-	50	-	-	-	50
(-) Depreciação acumulada	(3)	-	(73)	-	-	(73)
Subtotal - Geração em serviço	62	1.864	(73)	-	-	1.853
Total geração	2.882.677	218.790	(22.222)	-	-	3.079.245
Administração						
Em serviço	1.168	118	-	-	-	1286
(-) Depreciação acumulada	(752)	-	(224)	-	-	(976)
Total Administração	416	118	(224)	-	-	310
Total	2.883.093	218.908	(22.246)	-	-	3.079.555
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(989.933)	-	-	123.191	-	(866.742)
(-) AVP - Atualização a Valor Presente (*)	-	-	-	(8.550)	-	(8.550)
Imobilizado líquido	1.893.160	218.908	(22.446)	(114.641)	-	2.204.263

(*) Atualização do valor presente referente as provisões socioambientais a taxa do IPCA de 3,6% relativo aos anos de 2020 a 2026

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

		Saldos em 2017	Adições	Depreciação	Transferências	Saldos em 2018
Geração em curso						
Terrenos		311.060	52.174	-	24.194	387.428
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		1.230.556	35.816	-	131.630	1.398.002
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear		210.603	187.830	-	82.517	480.950
Máquinas e equipamentos a ratear		280.145	302	-	48.257	328.704
Veículos		-	447	-	-	447
Estudos de projetos a ratear	(i)	23.574	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(ii)	25.980	30.327	-	(52.708)	3.599
		2.081.918	306.896	-	233.890	2.622.704
Terrenos a pagar	(iii)	11.324	13.100	-	(24.169)	255
Medições	(iii)	25.471	194.076	-	(209.721)	9.826
Juros capitalizados	(iv)	147.141	102.689	-	-	249.830
Subtotal - Geração em curso		2.265.854	616.761	-	-	2.882.615
Em serviço						
Máquinas e equipamentos		-	65	-	-	65
(-) Depreciação acumulada		-	-	(3)	-	(3)
Subtotal - Geração em serviço		-	65	(3)	-	62
Total geração		2.265.854	616.826	(3)	-	2.882.677
Administração						
Em serviço		1.120	52	(4)	-	1.168
(-) Depreciação acumulada		(540)	-	(212)	-	(752)
Total Administração		580	52	(216)	-	416
Total		2.266.434	616.878	(219)	-	2.883.093
(-) Provisão para redução do valor recuperável		(613.475)	(376.458)	-	-	(989.933)
Imobilizado líquido		1.652.959	240.420	(219)	-	1.893.160

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (i) Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.
- (ii) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- (iii) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (iv) Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os financiamentos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop.

	2019	2018
Encargos BNDES (a)	72.865	92.233
Encargos debêntures (b)	21.922	12.618
Apropriação de custo BNDES	783	960
Apropriação de custo debêntures	731	438
Receita financeira das aplicações financeiras (c)	-	(3.560)
	96.301	102.689

- a) Encargos incidentes sobre os valores aportados, conforme o Contrato de Financiamento, cláusula terceira, capitalizados mensalmente.
- b) Encargos incidentes sobre os valores aportados no mês de julho de 2018, conforme a Escritura de Debêntures, cláusula 4.2, capitalizados mensalmente.



- c) Referem-se aos rendimentos dos saldos recebidos dos aportes das debêntures e do financiamento com o BNDES, aplicados em renda fixa de liquidez diária e baixo risco (Notas Explicativas nº 16 e 17).

Teste por redução ao valor recuperável

A provisão para perda por redução ao valor recuperável e sua reversão parcial subsequente foram reconhecidas em relação aos atrasos nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela falta de licenças ambientais, a Companhia identificou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação à sua Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Perda por redução ao valor recuperável e reversão subsequente

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia revisou as premissas e estimativas de seu teste de recuperabilidade utilizadas em 2018 e constatou, a partir do quarto trimestre, que houve uma redução relevante motivada pela entrada da operação comercial, e como base os seguintes fatores: (i) preço unitário de venda de energia elétrica normal sem a redução de 15%; (ii) e a redução de 98% no montante das compras de energia elétrica.

A estimativa do valor em uso foi determinada utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos de 9,23%.

(Reversão) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	2019	2018
Saldo inicial	(989.933)	(613.475)
Provisão	-	(376.458)
Reversão	123.192	-
Total Impairment	<u>(866.742)</u>	<u>(989.933)</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o valor recuperável da UGC era como segue:

Valor recuperável	2019	2018
	<u>2.204.272</u>	<u>1.893.160</u>

14 Intangível

Movimentação do período findo em 31 de dezembro de 2019 do intangível

	Saldos em 2018	Adições (+)	Amortização (-)	Saldos em 2019
Geração				
Software - GER	-	67	-	67
(-) Amortização Softwares - GER	-	-	(2)	(2)
Em curso -UBP (i)	30.756	2.066	-	32.822
(-) Amortização acumulada (ii)	(175)	-	(2.098)	(2.273)
Total - Geração	30.581	2.133	(2.100)	30.614
Administração Central				
Em serviço (iii)	922	87	-	1.009
(-) Amortização acumulada	(741)	-	(202)	(943)
Total - Administração	181	-	(202)	66
Total	30.762	2.133	(2.302)	30.680

46





Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 do intangível

	Saldos em 2017	Adições (+)	Amortização (-)	Saldos em 2018
Geração				
Em curso -UBP (i)	25.555	5.201	-	30.756
(-) Amortização acumulada	-	-	(175)	(175)
Total - Geração	25.555	5.201	(175)	30.581
Administração Central				
Em serviço (ii)	853	69	-	922
(-) Amortização acumulada	(477)	-	(264)	(741)
Total - Administração	376	69	(264)	181
Total	25.931	5.270	(439)	30.762

- (i) Geração - Em curso - Utilização do Bem Público
Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreram a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão. Desde o mês de dezembro de 2018 a Companhia está efetuando os pagamentos referente a UBP.

O montante a pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação está registrada no passivo circulante (R\$ 1.950 em 2019 e R\$ 3.792 em 2018) e não circulante (R\$ 28.775 em 2019 e R\$ 26.965 em 2018) em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 9,5% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo são capitalizados ao ativo intangível.

- (ii) Administração - Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

15 Fornecedores

	2019	2018
Materiais e serviços (i)	11.479	15.289
EUST (ii)	3.593	-
Partes relacionadas (iii)	2.657	4.685
Fundiário (iv)	1.556	255
Outros (v)	643	769
Retenções contratuais (vi)	529	2.051
Energia comprada para revenda (vii)	-	19.944
	20.457	42.993

(i) Referem-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras e operação e manutenção.

(ii) Referem-se aos serviços de EUST's prestados pelas transmissoras (clientes).

(iii) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela UTNF e EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 27.

(iv) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.

(v) Referem-se substancialmente aos gastos com passagens, hospedagens, seguros, locadoras de veículos e etc.

(vi) Retenção de 5% do valor da medição dos fornecedores de serviços da área ambiental.

(vii) Referem-se às obrigações oriundas da aquisição de energia elétrica para atendimento dos contratos CCEAR's.



16 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota Explicativa nº 11).

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2019

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	27.274	-	(1.101)	26.173
		<u>27.274</u>	<u>-</u>	<u>(1.101)</u>	<u>26.173</u>
Não circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	1.097.532	-	(19.184)	1.078.348
Atualização	TJLP	-	3.808	-	3.808
		<u>1.097.532</u>	<u>3.808</u>	<u>(19.184)</u>	<u>1.082.156</u>
Total do financiamento		<u>1.124.806</u>	<u>3.808</u>	<u>(20.285)</u>	<u>1.108.329</u>

Movimentação do financiamento em 2019 - 12 meses

	Saldo em 2018	Adições (i)	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 2019
Circulante							
Empréstimos	18.950	43	(23.401)	29.567	(43)	1.057	26.173
Atualização	80.068	-	(92.335)	12.268	-	-	-
	<u>99.018</u>	<u>43</u>	<u>(115.736)</u>	<u>41.835</u>	<u>(43)</u>	<u>1.057</u>	<u>26.173</u>
Não circulante							
Empréstimos	918.631	51.548	-	109.129	-	(960)	1.078.348
Atualização	59.154	-	-	(150.964)	95.617	-	3.808
	<u>977.786</u>	<u>51.548</u>	<u>-</u>	<u>(41.835)</u>	<u>95.617</u>	<u>(960)</u>	<u>1.082.156</u>
Total do financiamento	<u>1.076.803</u>	<u>51.591</u>	<u>(115.736)</u>	<u>-</u>	<u>95.574</u>	<u>97</u>	<u>1.108.329</u>

(iii) Demonstrativo do valor líquido adicionado em caixa

Valor bruto	51.591
(-) IOF	(960)
Valor líquido	50.631

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2018

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	19.997	-	(1.047)	18.950
Atualização	TJLP	-	80.068	-	80.068
		<u>19.997</u>	<u>80.068</u>	<u>(1.047)</u>	<u>99.018</u>
Não circulante					
Empréstimos	2,88% a.a.	937.966	-	(19.335)	918.631
Atualização	TJLP	-	59.154	-	59.154
		<u>937.966</u>	<u>59.154</u>	<u>(19.335)</u>	<u>977.785</u>
Total do financiamento		<u>957.963</u>	<u>139.222</u>	<u>(20.382)</u>	<u>1.076.803</u>

Movimentação do financiamento em 2018 - 12 meses

	Saldo em 2017	Adições (i)	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 2018
Circulante							
Empréstimos	19.976	-	(10.992)	16.895	(6.803)	(126)	18.950
Atualização	2.316	-	(45.652)	124.865	(1.461)	-	80.068
	<u>22.292</u>	<u>-</u>	<u>(56.644)</u>	<u>141.760</u>	<u>(8.264)</u>	<u>(126)</u>	<u>99.018</u>
Não circulante							
Empréstimos	797.039	133.095	-	(10.182)	89	(1.411)	918.630
Atualização	90.325	-	-	(131.578)	100.408	-	59.155
	<u>887.364</u>	<u>133.095</u>	<u>-</u>	<u>(141.760)</u>	<u>100.497</u>	<u>(1.411)</u>	<u>977.785</u>
Total do financiamento	<u>909.656</u>	<u>133.095</u>	<u>(56.644)</u>	<u>-</u>	<u>92.233</u>	<u>(1.537)</u>	<u>1.076.803</u>

Movimentação do custo incremental em 31 de dezembro de 2019

Saldo em 2018	Adição	Amortização	Saldo em 2019
20.383	959	(1.057)	20.285

Movimentação do custo incremental em 31 de dezembro de 2018

Saldo em 2017	Adição	Amortização	Saldo em 2018
18.846	2.497	(960)	20.383

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado	2019	2018
Encargos totais da dívida	72.690	92.233
Amortização do custo incremental	783	960
Rendimento da aplicação financeira	-	(2.440)
	<u>743.473</u>	<u>90.753</u>

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª - Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	<u>5.000</u>	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
Total	<u>1.018.000</u>		

A liberação do restante dos subcréditos, que sofrem atualização monetária pelo TJLP, ocorrerá de acordo com as etapas de operacionalização do projeto e da realização dos programas de investimentos sociais. A seguir apresentamos o cronograma previsto para a liberação do saldo a receber com os montantes expressos em valor de face:

Período	Subcrédito D
Entre jan/2020 até dez/2020	3.589
Entre jan/2021 até dez/2021	<u>1.411</u>
	<u>5.000</u>

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2020	27.367
2021	29.679
2022	32.187
2023	34.907
2024	37.856
2025	41.055
Após 2025	<u>925.563</u>
Total da dívida com encargos	<u>1.128.614</u>

50

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



Custo incremental

(20.285)

1.108.329

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.

Penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.

Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.

Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e do controlador final Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros. Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,2

51



(um inteiro e dois décimos), por 2 dois anos consecutivos imediatamente anteriores: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da fiança corporativa. O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais, e a Companhia vem cumprindo com os *covenants* na data-base das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

17 Debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000 (“Segunda Emissão de Debêntures”). A integralização das debêntures foi realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding* permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R\$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão - Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos semestrais a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado

O valor nominal atualizado será amortizado em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2020	668
2021	2.494
2022	6.239
2023	10.160
2024	14.833
2025	18.637
A partir de 2025	207.301

Total da dívida com encargos

260.332

52

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



Custo incremental (10.945)
249.387

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 (quinze) de junho de 2019 (exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 (quinze) de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; EDFNF 51%; e ELETRONORTE 24,5%, em que as fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no *site* na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base em demonstrações financeiras anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio

53



ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

Além da condição mencionada acima, a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático a apuração do ICSD num patamar inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) por três anos consecutivos ou por três anos intercalados. A apuração do ICSD deve ser realizada após o encerramento de cada exercício fiscal com base nas demonstrações financeiras auditadas. O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais, e a Companhia vem cumprindo com os *covenants* na data-base das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2019

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	680	-	(29)	651
		<u>680</u>	<u>-</u>	<u>(29)</u>	<u>651</u>
Não circulante					
Debêntures		259.653		(10.917)	248.736
		<u>259.653</u>	<u>-</u>	<u>(10.917)</u>	<u>248.736</u>
Total das debêntures		<u>260.333</u>	<u>-</u>	<u>(10.946)</u>	<u>249.387</u>

Movimentação das debêntures em 2019 - 12 meses

	Saldo em 2018	Baixas	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 2019
Circulante						
Debêntures	5.564	(6.650)	1.662	50	25	651
Atualização	315	(10.534)	9.509	710	-	-
	<u>5.879</u>	<u>(17.184)</u>	<u>11.171</u>	<u>760</u>	<u>25</u>	<u>651</u>
Não circulante						
Debêntures	218.612	-	10.460	1.277	853	231.202
Atualização	12.303	-	(21.631)	26.862	-	17.534
	<u>230.915</u>	<u>-</u>	<u>(11.171)</u>	<u>28.139</u>	<u>853</u>	<u>248.736</u>
Total das debêntures	<u>236.794</u>	<u>(17.184)</u>	<u>-</u>	<u>28.899</u>	<u>878</u>	<u>249.387</u>

54



Composição do custo incremental

Saldo em 2018	Adição	Amortização	Saldo em 2019
11.824	-	(878)	10.946
Encargos financeiros adicionados ao imobilizado em 31 de dezembro de 2019			
Encargos totais da dívida			22.140
Amortização do custo incremental			<u>731</u>
			<u>22.871</u>

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2018

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	5.900	-	(336)	5.564
Atualização		-	315	-	315
		<u>5.900</u>	<u>315</u>	<u>(336)</u>	<u>5.879</u>
Não circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	230.100	-	(11.488)	218.612
Atualização		-	12.303	-	12.303
		<u>230.100</u>	<u>12.303</u>	<u>(11.488)</u>	<u>230.915</u>
Total das debêntures		<u>236.000</u>	<u>12.618</u>	<u>(11.824)</u>	<u>236.794</u>

Movimentação das debêntures em 2018 - 12 meses

	Saldo em 2017	Adições	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 2018
Circulante						
Debêntures	-	-	5.900	-	(336)	5.564
Atualização	-	-	-	315	-	315
	-	-	<u>5.900</u>	<u>315</u>	<u>(336)</u>	<u>5.879</u>
Não circulante						
Debêntures	-	236.000	(5.900)	-	(11.488)	218.612
Atualização	-	-	-	12.303	-	12.303
	-	<u>236.000</u>	<u>(5.900)</u>	<u>12.303</u>	<u>(11.488)</u>	<u>230.915</u>
Total das debêntures	-	<u>236.000</u>	-	<u>12.618</u>	<u>(11.824)</u>	<u>236.794</u>

Composição do custo incremental

Saldo em 2017	Adição	Amortização	Saldo em 2018
-	12.262	(438)	11.824

18 Provisões socioambientais

Referem-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (imobilizado).

55





Circulante

	2019	2018
Físico biótico	3.586	16.462
Investimentos sociais	-	1.490
	<u>3.586</u>	<u>17.952</u>

Não circulante

	2019	2018
Físico biótico (*)	62.486	43.646
Investimentos sociais	965	490
(-) Ajuste a valor presente (i)	(8.550)	-
	<u>54.901</u>	<u>44.136</u>
	<u>58.487</u>	<u>62.088</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia ajustou a provisão a valor presente no valor de R\$ 8.550, tendo como base a projeção do IPCA de 3,6% a.a.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, com base em estudos que levaram em conta os compromissos assumidos por meio de diversos projetos relacionados às atividades socioambientais da UHE Sinop, registrou no passivo circulante R\$ 3.586 (R\$ 17.952, em 2018) e no passivo não circulante R\$ 54.901 (R\$ 44.136, em 2018).

(*) Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (Canteiro de Obras); Subprograma de Monitoramento da Dinâmica das Águas Subterrâneas; Subprograma de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas; Subprograma de Acompanhamento dos Direitos Minerários; Subprograma de Identificação das Alternativas de Exploração de Jazidas de Argila; Programa de Monitoramento de Encostas Marginais; Programa de Coletas de Propágulos e Produção de Mudanças; Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre; Programa de Monitoramento da Fauna Aquática e Semiaquática; Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna Terrestre; Programa de Monitoramento da Ictiofauna; Subprograma de Mitigação de Impactos Sobre as Espécies Migratórias de Interesse Comercial; Programa de Resgate da Ictiofauna; Subprograma de Monitoramento Limonológico e de Qualidade da Água; e Subprograma de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas.

19 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

56



A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade “provável” Movimentação em 2019

	2018	Adições	Pagamentos/ baixas	2019
Trabalhistas (i)	108	693	153	648
Total	108	693	153	648

A Companhia é ré nos Processos nºs : 10001534220194000000, 10964820185230000, 12916420175230000, 13903720175230000, 4085620185230040 e 12769520175230000, referente a processos trabalhistas. Todos os processos estão tramitando na Justiça Trabalhista no Estado de Mato Grosso.

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores, especialmente quando o risco de perda é possível, mas o risco de desembolso é remoto. Em 31 de dezembro de 2019, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 155.988 (R\$ 100.587 em 2018), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária), e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Movimentação em 2019 – 12 meses

	2018	Adições	Baixas	2019
Cíveis e outras (i)	67.557	55.395	(520)	122.432
Trabalhistas (ii)	2.762	2.016	(1.490)	3.288
Tributárias (iii)	30.268	-	-	30.268
Total	100.587	57.411	(2.010)	155.988

Movimentação em 2018 – 12 meses

	2017	Adições	Baixas	2018
Cíveis e outras (i)	12.445	36.510	(2.167)	46.788
Trabalhistas (ii)	1.960	1.216	(674)	2.501
Tributárias (iii)	-	30.268	-	30.268
Total	14.405	37.726	(2.841)	49.289

(i) Cíveis

- i.1. Ação Civil Pública nº 1000465-52.2018.401.3603 em que o Ministério Público Federal questiona o pagamento da indenização para parte dos imóveis adquiridos para fins de implantação do Empreendimento, com perda possível e risco estimado em R\$ 32.000.
- i.2. Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo interposto em relação à Condicionante 5.1 estabelecida no Parecer Técnico nº 109905/CLEIA/SUIMIS/2017 como condição de validade da Autorização de Desmate nº 638/2017, que exige a apresentação pela Sinop Energia de um Programa de Apoio Operacional à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA/MT), com perda possível e risco estimado de R\$ 20.000.
- i.3. Recurso administrativo da multa de R\$ 50.000 decorrente de mortandade de peixes localizada a jusante do barramento da UHE Sinop, porém de acordo com a classificação o valor estimado é de R\$ 21.000;
- i.4. Ação civil pública n. 1000.543-12.2019.4.01.3603 que possui como autor o Ministério Público Federal e busca a responsabilização civil da Sinop Energia em razão da mortandade de peixes no valor de R\$ 20.000.
- (ii) **Trabalhistas**
- As contingências trabalhistas classificadas como “possível” de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.
- (iii) **Tributárias**
- iii.1. A Companhia discute na esfera administrativa a Notificação Fiscal nº 001/ISSQN/2018, por meio da qual a Prefeitura Municipal de Itaúba/MT cobra o ISSQN supostamente recolhido a menor no bojo do contrato de EPC firmado com a Construtora Triunfo S.A. A diferença a recolher acrescida de juros, correção e multa de mora de 20% e multa de infração de 100% totaliza R\$ 9.197. Contudo, qualquer que seja o resultado do julgamento administrativo, ainda haverá a via judicial, conforme a previsão contratual de acionamento da Construtora Triunfo caso tenha havido algum recolhimento a menor de impostos por ela devidos.
- iii.2. A Companhia discute na esfera administrativa a Notificação Fiscal nº 030/ISSQN/2018, por meio da qual a Prefeitura Municipal de Cláudia/MT cobra o ISSQN supostamente recolhido a menor no bojo do contrato de EPC firmado com a Construtora Triunfo S.A. A diferença a recolher acrescida de juros, correção e multa de mora de 20% totaliza R\$ 21.071. Contudo, qualquer que seja o resultado do julgamento administrativo, ainda haverá a via judicial, conforme a previsão contratual de acionamento da Construtora Triunfo caso tenha havido algum recolhimento a menor de impostos por ela devidos.

20 Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136 (R\$ 1.694.200, em 2018), que compreende 2.234.136.449 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.234.136 (R\$ 1.880.136 em 2018), até o limite de 2.234.136.449 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de dezembro de 2019:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	547.363	547.363	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	1.139.410	1.139.410	51,0%
	2.234.136	2.234.136	100,0%

58

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de dezembro de 2018:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	415.079	460.633	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	415.079	460.633	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	864.042	958.870	51,0%
	<u>1.694.200</u>	<u>1.880.136</u>	<u>100,0%</u>

Em 15 de janeiro de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 63.000 em moeda corrente, conforme aprovação em Reunião de Conselho de Administração (RCA) de 19 de dezembro de 2018.

Em 05 de fevereiro de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 65.000 em moeda corrente, conforme aprovação em RCA de 16 de janeiro de 2019.

Em 07 de março de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 20.000 em moeda corrente, conforme aprovação em RCA de 16 de janeiro de 2019.

Em 05 de abril de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 37.936 em moeda corrente, conforme aprovação em RCA de 20 de março de 2019.

Em 10 de junho de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 80.000 em moeda corrente, conforme aprovação em AGE de 10 de junho de 2019.

Em 08 de julho de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 120.000 em moeda corrente, conforme aprovação em RCA de 26 de junho de 2019.

Em 05 de agosto de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 66.000 em moeda corrente, conforme aprovação em RCA de 26 de junho de 2019.

Em 23 de setembro de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 18.000 em moeda corrente, conforme aprovação em RCA de 26 de junho de 2019.

Em 07 de outubro de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 70.000 em moeda corrente, conforme aprovação em RCA de 26 de junho de 2019.

a. Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2019	2018
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	(43.982)	(266.896)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	1.976.656	1.678.156

59

Avenida dos Flamboyants, 684 - Jardim Botânico - Sinop / MT - CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



Prejuízo por ação (básico) - R\$ (0,02225) (0,15904)
Prejuízo por ação (diluído) - R\$ (0,02225) (0,15904)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o prejuízo por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes períodos.

21 Receitas líquidas com comercialização de energia elétrica

	2019	2018
Receita com venda de energia elétrica a terceiros (i) – ACR	261.165	146.762
Receita com venda de energia elétrica à partes relacionadas (i) ACL	8.942	-
COFINS sobre venda de energia elétrica	(20.528)	(11.154)
PIS sobre venda de energia elétrica	(4.457)	(2.421)
Encargos setoriais (ii)	(3.533)	(162)
	<u>241.589</u>	<u>133.025</u>

(i) Referem-se à comercialização de energia elétrica de:

	2019		2018	
	ACR	ACL	ACR	ACL
MWh	1.891.472	58.740	-	846.571
Preço médio	136,92	189,29	-	173,36

(ii) Os encargos setoriais referem-se à: (a) Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) sobre a receita operacional líquida, que passou a ser exigível a partir de 1º de dezembro de 2018, quando encerrou o período de excludente de responsabilidade decretado pela ANEEL, conforme mencionado na Nota Explicativa no 1(ii).

22 Custos com comercialização de energia elétrica

	2019	2018
Energia elétrica comprada para revenda	(306.157)	(138.381)

Referem-se à aquisição de energia elétrica, no montante de: 1.477.143 MWh, ao preço médio de R\$ 223,16 por MWh em 31 de dezembro de 2019 (568.546 MWh, ao preço médio de R\$ 224,31 por MWh em 31 de dezembro de 2018), deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

23 Encargos de uso do sistema de transmissão

	2019	2018
Encargos de uso do sistema de transmissão	(37.792)	(3.219)

Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão incorridos e pagos entre dezembro de 2017 e junho de 2018, subsequentemente determinados indevidos, conforme Ofício nº 43/2008-SRT/SCG/ANEEL. Este saldo será compensado mensalmente a partir do início da atividade de geração de energia elétrica até a realização total do crédito.

60





A partir de 1º de dezembro de 2018, a Companhia iniciou as apropriações do saldo do Ativo Circulante - Despesas Antecipadas, conforme orientação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

24 Outros custos com energia elétrica

	Nota	2019	2018 (*)
Serviços de terceiros	24a	(9.963)	-
Pessoal, encargos e benefícios	24b	(1.265)	-
Depreciações e amortizações		(24.323)	-
Passagens e hospedagens		(26)	-
Materiais		(425)	-
Outros		(2.274)	-
Energia descontratada		-	(12.174)
		(38.276)	(12.174)
24a. Serviços de terceiros			
		2019	2018 (*)
Assessoria e consultoria de O&M		(8.403)	-
Monitoramento e vigilância		(796)	-
Telefonia, internet, água e energia elétrica		(216)	-
Transportes		(29)	-
Outros		(519)	-
		(9.963)	-
24b. Pessoal, encargos e benefícios			
		2019	2018 (*)
Remuneração de empregados		(885)	-
Encargos trabalhistas		(319)	-
Benefícios a empregados		(61)	-
		(1.265)	-

(*) Em 2018, não havia outros custos de energia elétrica reconhecido, pois a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional.

25 Despesas gerais e administrativas

	Nota	2019	2018
Serviços de terceiros	25a	(8.029)	(12.898)
Pessoal, encargos e benefícios	25b	(7.633)	(9.094)
Depreciações e amortizações		(427)	(656)
Litígios trabalhistas	19	(648)	-
Passagens e hospedagens		(575)	(660)
Materiais		(228)	(195)
Arrendamentos e aluguéis		(559)	(389)

Avenida dos Flamboyants, 684 - Jardim Botânico - Sinop / MT - CEP 78.556-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



61

Outros	(867)	(1.367)
	<u>(18.966)</u>	<u>(25.259)</u>

25a. Serviços de terceiros

	2019	2018
Assessoria e consultoria de O&M	-	(6.339)
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(5.951)	(4.837)
Monitoramento e vigilância	(363)	(250)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(882)	(678)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(404)	(366)
Transportes	(47)	(47)
Outros	(382)	(381)
	<u>(8.029)</u>	<u>(12.898)</u>

25b. Pessoal, encargos e benefícios

	2019	2018
Remuneração de empregados	(4.513)	(6.192)
Encargos trabalhistas	(1.907)	(1.677)
Benefícios a empregados	(1.213)	(1.225)
	<u>(7.633)</u>	<u>(9.094)</u>

26 Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras (i)	7.821	5.809
Descontos obtidos	35	73
Juros, multas e atualizações	54	-
Subtotal	<u>7.910</u>	<u>5.882</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre os financiamentos BNDES e Debêntures	(30.107)	-
Waiver Fee	(1.468)	-
IOF (ii)	(170)	(87)
Juros, multas e atualizações	(76)	(376)
Outras despesas financeiras	(141)	(86)
Subtotal	<u>(31.962)</u>	<u>(549)</u>
	<u>(24.052)</u>	<u>5.333</u>

(Handwritten signature)

- (i) O rendimentos provenientes dos aportes do BNDES mantidos em aplicação financeira, foram deduzidos dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas foram executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante de IOF pago pela Companhia originou-se de aplicações financeiras que permaneceram investidas por menos de 30 dias.

27 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía como partes relacionadas administradores e controladores.

- Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.
- Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (UTNF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE; a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) são controladoras finais.
- A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. (EDF Projetos) é subsidiária integral do controlador da Companhia Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.

Controladores

Empresas	Natureza da operação	2019			2018		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
EDF Projetos	Serviços (i)	-	1.683	(9.337)	-	2.120	(6.019)
	Total	-	1.683	(9.337)	-	2.120	(6.019)
UTNF	Serviços (ii)	490	63	(648)	581	50	(1.517)
	Total	490	63	(648)	581	50	(1.517)
CHESF	Venda de energia elétrica EUST (iii)	388	-	4.471	-	-	-
	Acordo bilateral (iv)	-	550	(3.164)	-	-	-
	Total	388	550	1.307	-	-	(721)
ELETRONORTE	Venda de energia elétrica EUST (iii)	388	-	4.471	-	-	-
	Acordo bilateral (iv)	-	361	(2.077)	-	-	-
	Reserva não contratada (v)	-	-	(870)	-	-	(721)
	Compra de energia (vi)	-	-	-	-	2.515	(9.980)
	Total	388	361	1.524	-	2.515	(153.006)
Total geral	1.266	2.657	(7.154)	581	4.685	(161.263)	

- (i) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas.
- (ii) Prestação de serviços de gestão da UHE Sinop por recursos humanos cedidos à Companhia pela UTNF.
- (iii) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão.
- (iv) Acordo bilateral para entrega de energia elétrica em momento posterior e/ou ajuste de preços.

- (v) Prêmio por descontração de energia elétrica vendida no ACL.
- (vi) Compra de 562.590,6 MWh de energia elétrica no ACL conforme contrato celebrado em 27/06/2017, na modalidade de opção de compra, para atendimento dos contratos CCEAR's, pelo preço de exercício no valor de R\$ 189,23 por MWh, no prazo de vigência entre 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2019 foi determinada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2019.

	2019	2018
Remuneração do Conselho de Administração e diretores (i)	(1.647)	(2.479)
Encargos trabalhistas e sociais do Conselho de Administração e diretores (ii)	(836)	(717)
Benefícios do Conselho de Administração e diretores (iii)	(370)	(313)
Remuneração do Conselho Fiscal (iv)	(253)	(198)
	<u>(3.105)</u>	<u>(3.707)</u>

(i) Composta por ordenados e salários.
(ii) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
(iii) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, entre outros.
(iv) Composta por ordenados e salários.

28 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", "Adiantamento a fornecedores", "Fornecedores", "Fundos vinculados" e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

Nota	Custo amortizado	Nível	Valor justo	2019	2018
				Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros não-mensurados a valor justo					
Títulos e valores mobiliários	6 e 7	85.459	2	85.459	16.521
Contas a receber	8	33.802	-	33.802	17.599
Fundos vinculados	11	151.330	2	151.330	56.616
		<u>270.591</u>		<u>270.591</u>	<u>90.736</u>
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo					
Fornecedores, prov. sócioambientais e encargos setoriais	15 e 18	81.061	-	81.061	105.243
Empréstimos e financiamentos	16	1.108.329	-	1.108.329	1.076.803
Debêntures	17	249.387	-	249.387	236.794
		<u>1.438.778</u>		<u>1.438.778</u>	<u>1.418.840</u>

Em 31 de dezembro de 2019, os encargos setoriais mencionados neste demonstrativo representam R\$ 2.069 (R\$ 162 em 2018).

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	2019	2018
Financiamentos, empréstimos e debêntures	16 e 17	1.357.716	1.313.597
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6 e 7	(85.459)	(16.521)
Dívida líquida		1.272.257	1.297.076
Patrimônio líquido		1.474.073	978.119
Total do capital		2.746.330	2.275.195
Índice de alavancagem financeira		46,3%	57,0%

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil.

A Companhia possui duas carteiras de aplicações: (i) as aplicações de rendas fixa e baixo risco, no Banco do Brasil, remunerada a 96% do CDI; e (ii) as aplicações em fundos de investimentos no Bradesco, em contas vinculadas permitidas pelo BNDES, composta da seguinte forma: 87,4% em títulos públicos; 11,36% em compromissadas e 1,24% em outros, remunerada em 5,78% nos últimos 12 meses.



Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 7).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Notas Explicativas nºs 6 e 7).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 75% de seus compromissos contratuais, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas obrigações oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre estão atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- o Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.
- o 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.
- o As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES e seus debenturistas estão evidenciados nas Notas Explicativas nºs 16 e 17, respectivamente.

A Companhia está em fase operacional, e, dentro do plano de negócios que prevê todo o período futuro de concessão do Empreendimento, a Administração prevê que sua rentabilidade futura será suficiente para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados e honrar todos os compromissos assumidos.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

66



Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foi calculada as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2020. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

Ativos	2019	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Risco na apreciação da taxa de juros:					
Aplicações (i)	141.481		141.481	151.703	153.747
Receita financeira projetada anual			8.178	10.222	12.266
Taxa sujeita à variação		Carteira de fundos	5,8%	7,2%	8,7%
Variação - R\$				2.044	4.089
Risco na depreciação da taxa de juros:					
Aplicações (i)	141.481		141.481	135.348	131.259
Receita financeira projetada anual			8.178	6.133	4.089
Taxa sujeita à variação		Carteira de fundos	5,78%	4,34%	2,89%
Variação - R\$				(2.044)	(4.089)
Risco na apreciação da taxa de juros	2019	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Aplicações CDI	85.208	Aumento no CDI	85.208	89.863	90.794
Receita financeira projetada anual			3.724	4.55	5.585
Taxa sujeita a variação do CDI			4,37%	5,46%	6,56%
Variação - R\$				931	1.862
Risco na depreciação da taxa de juros	2019	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações CDI	85.208	Aumento no CDI	85.208	82.416	80.554
Receita financeira projetada anual			3.724	2.793	1.862
Taxa sujeita a variação do CDI			4,37%	3,28%	2,19%
Variação - R\$				(931)	(1.862)
Passivos					
Risco na apreciação da taxa de juros	2019	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (a)	1.128.615		1.128.15	1.209.170	1.225.281
Despesa financeira projetada		Aumento da TJLP	64.444	80.555	96.666
Taxa de juros			5,71%	7,14%	8,57%
Variação - R\$				16.111	32.222
Risco na depreciação da taxa de juros	2019	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%

67



Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (a)	1.128.615		1.128.615	1.080.282	1.048.060
Despesa financeira projetada		Redução da TJLP	64.444	48.333	32.222
Taxa de juros			5,71%	4,28%	2,86%
Variação - R\$				(16.111)	(32.222)
Risco na apreciação da taxa de juros			Provável	25%	50%
Debêntures (b)	260.332		260.332	273.202	275.776
Despesa financeira projetada		Aumento do IPCA	10.296	12.870	15.444
Taxa de juros			3,96%	4,94%	5,93%
Variação - R\$				2.574	5.148
Risco na depreciação da taxa de juros	2019	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Debêntures (b)	260.332		260.332	252.610	255.184
Despesa financeira projetada		Redução do IPCA	10.296	7.722	5.148
Taxa de juros			3,96%	2,97%	1,98%
Variação - R\$				(2.574)	(5.148)

(i) Fundos vinculados

Aplicação em carteira de fundos	141.481
Conta centralizadora	9.849
Total em fundos vinculados – Nota explicativa nº 11	151.330

Composição dos saldos	BNDES (a)	Debêntures (b)
Nota explicativa	16	17
Saldo final	1.108.331	249.386
Custo incremental	20.284	10.946
	1.128.615	260.332

Premissas (média entre 2019 e 2020)

TJLP - Passivos	a.a.	5,71%
Carteira de fundos Bradesco - Ativos	a.a.	5,78%
CDI - Ativos	a.a.	4,37%
IPCA - Passivos	a.a.	3,96%

29 Cobertura de seguros e depósitos caucionados

Como condição para a participação no Leilão nº 006/2013-ANEEL (A-5), a Companhia foi requerida a contratar Seguro-Garantia em favor da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). As garantias financeiras têm como finalidade proporcionar maior segurança às operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE, tendo em vista que eventuais inadimplências podem comprometer a segurança das operações.

- Seguradora: Junto Seguros S.A. (anteriormente denominada J. Malucelli Seguradora S.A.)
Objeto: Seguro Garantia em favor da CCEE
Apólice nº 01-0775-0185254
Vigência: 01/08/2019 até 01/02/2020
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 13.330

Além da apólice acima, a Companhia figura como beneficiária do seguro tipo D&O contratado em nome da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., cujas condições constam da seguinte forma:

- Seguradora: AXA Seguros S.A.

Avenida dos Flamboyants, 684 – Jardim Botânico – Sinop / MT – CEP 78.566-024
Fone: +55 (66) 3520-9500 // 0800 652 5009



68

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Objeto: Seguro D&O

Declaração de seguros datada em 11/04/2019 – aguardando a emissão da apólice.

Vigência: 31/03/2019 até 31/03/2020

Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 14.248

A Companhia também figura como beneficiária dos seguros a seguir:

- Seguradora: Austral Seguradora S.A.
Objeto: Risco de Engenharia - Execução de obras civis em construção da UHE Sinop
Apólice nº 1006700000512
Vigência da cobertura básica: 19/08/2014 até 28/02/2020
Vigência da manutenção ampla: 28/02/2019 até 28/02/2021
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 1.199.810
- Seguradora: Liberty Seguros
Objeto: Seguro garantia – Venda de energia elétrica
Apólice nº 76-97-000.197
Vigência: 01/02/2019 até 15/02/2020
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 751
- Seguradora: AXA Corporate Solutions Seguros S.A.
Objeto: Riscos Operacionais
Apólice nº XBS0007043PR19A
Vigência: 12/09/2019 até 31/12/2020
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 1.510.886

Segurada: AIG Seguros Brasil S.A.

Objeto: Responsabilidade Civil Geral

Apólice nº 087372019010351002652

Vigência: 14/11/2019 até 14/11/2020

Limite máximo de Garantia (LMG): R\$ 100.000

A Companhia é favorecida do depósito de caução a seguir:

- Banco: Caixa
Objeto: Seguro garantia – Venda de energia elétrica
Ag.: 2403 Conta 473-5
Abertura da conta: 01/02/2019
Depósito: R\$ 751

30 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o montante de R\$ 113.485 de compromissos assumidos, que se referem, principalmente, a: (i) contratação de serviços para a operação, gestão e manutenção da UHE Sinop; (ii) contratação de fornecedores de materiais e serviços para a



construção da UHE Sinop; e (iii) obrigações assumidas em função do constante do Plano Básico Ambiental.

Compromissos	2019
Operação e manutenção da usina	44.371
Obras da barragem	29.316
Plano Básico Ambiental	19.540
Assessorias, consultorias e auditorias	8.646
Outros	6.386
Obras do reservatório	4.780
Supressão vegetal	446
Total	113.485

31 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	2019
Aquisição de bens do ativo imobilizado	218.908
(-) Aquisições que não tiveram efeito caixa	(112.094)
Total dos pagamentos para aquisição de bens	106.814

32 Eventos subsequentes

a) Liberação de conta vinculada

Em 14 de janeiro de 2020, o BNDES deliberou pela substituição da Conta Reserva Adicional por carta de fiança bancária para a conta corrente junto ao Banco do Brasil o valor de R\$ 88.598.

Montante das contas vinculadas ao financiamento BNDES e Debêntures em 26 de março de 2020.

Contas	Saldos
Centralizadora	9.544
Reserva do BNDES	30.191
Reserva adicional de Debêntures	10.814
Pagamento das Debêntures	7.137
Reserva de Debêntures	10.814
	68.500

70

b) *Perdas Esperadas*

A Companhia recebeu todos os valores provisionados como perdas esperadas no valor (a) R\$ 2.022 com base em 31 de dezembro de 2019, Nota Explicativa nº 8.(iii) e (b) R\$ 196 referente a janeiro de 2020, totalizando R\$ 2.218. As atualizações e os encargos, no valor de R\$ 160, estão previstos para receber em 23 de março de 2020.

c) *Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 01/2020*

Em 19 de fevereiro de 2020, foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Sinop Energia e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA/MT, em que a Sinop Energia assumiu a obrigação de efetuar o pagamento no montante de R\$ 4.000 a serem utilizados no projeto e construção do Laboratório de Monitoramento Ambiental da SEMA, bem como na aquisição de equipamentos para esse laboratório.

d) *Auto de Infração nº 20173009*

Em 18 de março de 2020, a Companhia recebeu a notificação nº 20172004 e o Auto de Infração nº 20173009, emitidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA/MT, aplicando duas multas administrativas, totalizando R\$ 12.000, em decorrência da mortandade de peixes, determinando a “suspensão de atividades de geração e transmissão de energia, até que se adote medidas adicionais de segurança ambiental nas manobras a serem realizadas pelo empreendimento”. A Companhia está tomando todas as medidas administrativas e judiciais necessárias, bem como acatará as medidas adicionais requeridas pela SEMA.

e) *Coronavírus (COVID-19)*

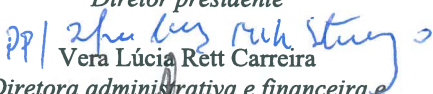
Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 poderá ser revisada. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

* * *


Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor presidente


Vera Lúcia Rett Carreira
*Diretora administrativa e financeira e
Diretora de relações com investidores*


Alessandro Camilo da Silva
Contador
CRCMT 005078-0/9